

**EM "DEZACORDO" COM A NORMA: A ORTOGRAFIA SIMPLIFICADA COMO ESTRATÉGIA ANARQUISTA DE LUTA CONTRA O ANALFABETISMO**

**Leila M. de Menezes e Lena M. de Menezes**

Corria o ano de 1920 quando a polícia do Rio de Janeiro, na conjuntura internacionalmente explosiva de Entre-guerras, prendeu e expulsou do país o português Abel Ribeiro dos Santos, solteiro, alfabetizado e padeiro por profissão, acusado de ser um dos estrangeiros nocivos à sociedade e perigosos aos interesses da República por sua militância política. No ato da prisão de Santos, a polícia apreendeu livro de poesias intitulado 'Mundo Agonizante', com versos de exaltação à anarquia e à revolução, transformado em prova documental das atividades subversivas por ele desenvolvidas.

Embora o livro de poemas tenha enorme interesse para o estudo do ideário anarquista e das mitologias políticas que compõem o apelo à revolução, sua importância principal reside no fato dele ter sido todo escrito em ortografia simplificada. Não bastasse isto, a coletânea, em sua parte introdutória, inclui documento que se constitui em verdadeiro manifesto em prol da adoção da simplificação ortográfica no Brasil, de autoria de um grupo que se intitula, significativamente, os Paladinos do Porvir. Segundo este documento:

"Ser anarquista e dizer-se partidário da conservação etimológica da língua é estar em dezacordo com o ideal que visa a transformação radical que aí está.

Ser anarquista e esperar que o governo ou as academias de letras resolvam o assunto, é quase dezejar que estas instituições decretem a abolição da propriedade particular e o esterminio do dinheiro.

Caminhar para o futuro conservando a etimologia e um alfabeto reduzido e complicado é confessar falta de competência creadora ou gostar de conservar aleijões detestáveis. Um povo progride à medida que se vai instruindo: eis a razão porque se deve simplificar o método do ensino para que assim melhor se iluminem as consciências. A grafia portuguesa é a maior causa do analfabetismo, já pela deficiência de letras distintas e também pela confusão dos valores das mesmas..." (PALADINOS DO PORVIR, 1920)

No conjunto das razões apresentadas no manifesto, questões programáticas e políticas apareciam associadas a críticas pontuais relacionadas à escrita em língua portuguesa, com a proposta de ortografia simplificada transformando-se em um dos pilares da própria revolução sonhada pelos libertários. Por outro lado, ao propor caminhos para a superação do analfabetismo, o grupo externava sua crença no papel da Educação como ação redentora da classe operária; via privilegiada de construção de um novo homem e de uma nova sociedade.

Na Europa, propostas de ortografia simplificada foram defendidas em países como França e Portugal nas primeiras décadas do “breve século XX”, (HOBBSAWM, 1995), marcando os anos imediatamente anteriores à eclosão do primeiro conflito mundial. A tese que embasava as propostas era a de que os sistemas de representação da escrita, em cada uma das línguas, eram por demais complexos, o que colocava obstáculos profundos à alfabetização das classes populares. Reportando-nos ao que Barthes viria a dizer, décadas mais tarde, acarretando sua exclusão “por motivo de ortografia” (BARTHES, 1988, p. 60).

Com relação à França, textos foram publicados em ortografia simplificada em diversos jornais libertários, destacando-se, dentre outros, os artigos escritos por Anna Mahe para o *Libertaire*. Quanto a Portugal, podemos dizer que, para além de artigos e poemas publicados na imprensa alternativa, uma experiência de sistematização teve por fruto a publicação do *Dicionário Popular* de Candido Figueiredo. Pela via principal da imigração, a proposta chegou ao Brasil nos primeiros anos do novecentos, acompanhando os fluxos deslocados para São Paulo e para o Rio de Janeiro. Ao contrário do que admitiam seus detratores, o anarquismo tinha uma dimensão construtiva de grande vitalidade, que se opunha à dimensão destrutiva que viria a caracterizar o movimento como um todo, graças à Propaganda pelo Ato ou Propaganda pelo Fato, que se nutria da violência e do terror. Essa dimensão da construção concentrava-se, principalmente, no campo da Educação. Se as ações desenvolvidas não deram os resultados esperados, isto ocorreu muito mais em função da brevidade de sua duração no tempo, em virtude da repressão sem tréguas que se abateu sobre o anarquismo como um todo, do que por graves equívocos em seus postulados.

Com relação ao analfabetismo que grassava entre as classes trabalhadoras, este era um obstáculo a ser enfrentado e superado rapidamente em um país de passado escravista e colonial como o Brasil. Enfrentar o desafio da mudança dos padrões educacionais existentes tornou-se, assim, verdadeira missão para aqueles que apostavam na Educação como farol de novos tempos. A visão ampla que os anarquistas tinham da sociedade levava-os a priorizar, em todas as ações educacionais desenvolvidas, tanto a educação infantil quanto a educação de adultos, como forma de dar uma resposta urgente e eficaz aos problemas existentes.

Instaurada em novembro de 1889, pouco mais de um ano após a Abolição da Escravatura, a república brasileira, desde os seus primórdios, apresentou uma distorção fundamental: a de ser uma república carente de cidadania, o que a tornou uma *res-publica* por se construir na longa duração.

Das dificuldades na definição de uma identidade nacional, em um país de ex-escravos que negava suas raízes negras, aos interesses dos grandes proprietários, enraizados na posse da terra, passando pelo percentual absurdo de 85% de analfabetos, tudo colaborou para que a excludência se tornasse uma característica visível do novo regime, apesar de seu 'verniz civilizatório'. Embora a constituição de 1891 estabelecesse o sufrágio universal, o direito de voto só estava garantido aos alfabetizados, determinando que os processos eleitorais se transformassem, tão somente, em 'jogos de poder' travados entre as elites.

Uma leitura de mundo extremamente elitista, que consagrava os distanciamentos sociais e as dicotomias entre educação popular e educação das elites, ocasionaram um profundo descompasso entre os discursos – que encaminhavam a idéia da redenção pela educação – e as práticas educativas. Nesse quadro de autoritarismo e de exclusão, bem como de tensões permanentes – e cada vez mais agudas – entre as elites e as classes populares, as propostas educacionais anarquistas surgiram como redenção ou perigo, despertando esperanças ou medos de intensidades variadas. À margem do ensino oficial, elas colocaram-se como alternativa concreta para as classes trabalhadoras; como esperança de porvir e caminho privilegiado para a construção de uma nova sociedade.

No contexto das experimentações libertárias, os anos de 1903/1904 foram de ebulição no Brasil. Em primeiro lugar, com a criação das primeiras Escolas Racionais ou Modernas no país, verdadeiras antíteses às escolas tradicionais, tanto com relação à organização curricular quanto aos métodos e à disciplina. Em segundo lugar com a fundação da Universidade Popular na cidade do Rio de Janeiro, voltada para o público adulto.

As Escolas Racionais ou Modernas tiveram por inspiração as idéias e experiências de Francisco Ferrer y la Guardia em Barcelona. Principal teórico da Educação Libertária, Ferrer dedicou sua vida ao projeto de criação de uma escola laica e privada, com liberdade frente à Igreja e frente ao Estado, caracterizada por um ensino espontâneo e libertador, isento de dogmas, de castigos e de "castrações intelectuais". Ou, segundo suas próprias palavras:

"...Uma escola de emancipação, preocupada apenas em banir do espírito o que divid[ia]os homens, os falsos conceitos de propriedade, pátria e família, de modo a alcançar-se a liberdade e o bem-estar que todos deseja[va]m e ninguém alcança[va] completamente. (FERRER apud JOLL, 1977, p. 275)"

Ao todo, foram criadas 25 Escolas Modernas no Brasil, concentradas, principalmente, nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro (RODRIGUES, 1992). Cada uma delas buscou oferecer aos alunos uma educação espontânea, solidária e libertária, voltada para a criação de seres detentores de uma independência intelectual capaz de forjar uma nova sociedade. Posicionando-se como verdadeira antítese à educação tradicional, estas escolas buscavam formar corpos e mentes transformadoras, ao invés de "corpos dóceis" (RAGO, 1997), obedientes e passivos no processo de ensino-aprendizagem e, mais tarde, ordeiros no exercício da cidadania.

A Universidade Popular foi fundada no Rio de Janeiro em 1904 e teve curta duração. Voltada para a educação de adultos, a Universidade contava, dentre seus conferencistas, com nomes destacados do anarquismo no Brasil, como Fábio Luz e Elysio de Carvalho, Hélio Oiticica e Elysio de Carvalho e oferecia cursos gerais de Filosofia, Higiene, História Natural, História das Civilizações e cursos práticos de Línguas, Aritmética, Escrituração Mercantil, Desenho, Modelagem, Arte Decorativa e Mecânica.

No mesmo ano de 1904 foi deflagrada a campanha pela ortografia simplificada, no quadro amplo das reformas propostas com o objetivo de viabilizar uma educação universal. Segundo os anarquistas, essa nova forma de escrever estaria de acordo “com o próprio ideal libertário”, tendo em vista que um povo “progredia na medida exata do desenvolvimento de sua instrução”, razão pela qual os métodos de ensino deviam cumprir a função de “melhor iluminar as consciências”. Para tanto, cumpria fazer com que o registro escrito da língua portuguesa - ou melhor, das “línguas em português” como propõe Saramago (SARAMAGO, 2004) - fosse aproximado do registro oral, facilitando a alfabetização do trabalhador, de forma a garantir seu ingresso no mundo letrado e, portanto, nas tramas da própria cidadania.

O mentor e principal defensor da proposta foi Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós e Vasconcelos - que passaria à posteridade com o nome de Neno Vasco. Coube a ele articular o movimento e, no contexto desta articulação, justificar publicamente suas idéias, debatendo com o público em geral. As polêmicas que travou com figuras ilustres da intelectualidade de época, como Salvador de Mendonça, José Veríssimo e João Ribeiro, todos membros da Academia Brasileira de Letras, dão a dimensão do impacto que o debate veio a alcançar.

Diretor dos jornais *O Amigo do Povo* e *Terra Livre*, Neno Vasco foi advogado, jornalista e escritor. Nascido em Portugal a 09 de maio de 1878, estudava direito na Universidade de Coimbra quando aderiu ao anarquismo. Formado, emigrou para o Brasil em 1901, juntando-se ao pai e entrando em contato com anarquistas italianos já fixados em São Paulo. Expulso em 1911, foi obrigado a retornar a Portugal, mas permaneceu colaborando com a imprensa anarquista brasileira. Morreu de tuberculose em 1920 e seu principal livro, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, foi publicado quando já eram passados três anos de sua morte.

Dentre as justificativas utilizadas na defesa da proposta, constava a de que era necessário buscar meios para facilitar a leitura e a escrita não só às crianças, mas também aos adultos; em especial aos estrangeiros que, por essa época, compunham parte considerável das classes trabalhadoras em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Visando o estabelecimento de um mínimo de normatização - segundo ele, necessária para que não

ocorresse “uma regionalização perniciosa” - ele propunha a organização e a edição de um *Dicionário de Ortografia Simplificada*, a exemplo do já citado *Dicionário Popular* organizado por Cândido Figueiredo em Portugal, passo primordial para a adoção de novas regras ortográficas no país.

Através dos jornais, Neno Vasco buscou adeptos que pudessem viabilizar a proposta como prática educativa. Nesse processo, editou o jornal *A Voz do Trabalhador*, todo ele escrito em ortografia simplificada; primeiro passo para o que considerava uma parte importante da revolução que estaria por vir.

Entre 1904 e 1911, data de sua expulsão, dedicou seus pensamentos e despendeu suas energias em prol da causa que abraçara. Seu retorno a Portugal viria a demonstrar que sua luta não fora em vão, tendo em vista que sua causa viria a ser assumida por outros indivíduos e grupos, que se dedicaram a escrever, em ortografia simplificada, artigos e poesias que prometiam aos oprimidos a criação do paraíso sobre a terra.

“Já pareço antever a terra transformada.  
Bosques em profusão, jardins, trigais e flores!  
A’s carícias do luar cantam de madrugada  
Num alegre festim, as aves, seus amores!  
Não há feras no monte a trucidar rebanhos  
Nem ladrões pela estrada a saquear viajantes!  
Acabaram de vez entre os povos estranhos  
As rixas por questões de terras litigantes!” (REZENDE, 1920)

A antevisão do paraíso expressa nos versos tinha uma referência de realidade na revolução ocorrida na Rússia em outubro de 1917. A crença que animava revolucionários por todo o mundo era a de que havia um processo inexorável em marcha, do qual a Rússia representava, apenas, o ponto inicial de rutura. Nesse sentido, havia a crença generalizada entre os libertários de que o capitalismo era “um mundo agonizante” e de que a revolução não tardava:

“E’ssa estrela que vem das bandas do Oriente  
Onde o jelo não tolhe os limpos corações!  
Já’ para iluminando os campos do Ocidente  
Onde se irão travar as grandes convulsões!  
Alguém já lhe chamou a “estrela redemptora”,  
Por não ser comparada as outras do Infinito!  
A sua rubra-cor, fornalha abraçadora,  
Jerou-a a dor do mundo, a estortar, num grito!”  
(REZENDE, 1920)

Proclamar a revolução como o caminho da redenção, associá-la com as mudanças capazes de implantar o paraíso sobre a terra eram ações que ganhavam um novo impacto quando registradas em ortografia simplificada. Afinal, esta era, também, uma atitude revolucionária, que contestava a tradição e norma.

Para além de simples contestação, porém, a proposta de uma outra grafia apontava para uma visão de Educação centrada no educando, em prol de sua transformação em agente de mudança. Era esta a tônica do já citado documento intitulado 'razões e simplificações', no qual os Paladinos do Porvir demonstravam a importância de transformar o registro escrito da língua portuguesa em ponte de acesso e não em "embaraço à instrução". Nas "razões" apresentadas, encontravam-se presentes pressupostos e possibilidades que, embora não tivessem florescido em um futuro imediato, seriam, posteriormente, re-descobertos como novas possibilidades, dando respaldo a determinadas concepções de construção da língua escrita que se manteriam da mesma forma revolucionárias. Justificando suas razões, assim o grupo sintetizava as alterações que, a seu ver, faziam-se necessárias:

"Os trabalhadores não tendo tempo bastante para se instruírem ainda mais se aborrecem ao terem de encaixar na memória os digramas por exemplo: ch com som de xis e de k etc. As letras consoantes devem ter um só valor, o mais exato.

As letras mudas e as duplas devem ser abolidas. O g deve ser guê, o z deve ser zê, o x deve ser xis e por aí adiante..."(PALADINOS DO PORVIR, 1920)

Embora não tivessem teorizado acerca dos porquês das propostas que encaminhavam, os defensores da ortografia simplificada seguiam a própria lógica dos que se lançavam a decifrar os segredos da escrita. Dessa forma, cada letra passava a representar um único fonema, sendo evitadas as duplicações desnecessárias, as letras mudas ou registros diferentes para um mesmo som. Em última instância, tratava-se de propor a fonetização da língua. Ou, segundo Emilia Ferreiro, cerca de um século mais tarde, nas discussões sobre a psicogênese da língua escrita, "converter as unidades sonoras em unidades gráficas".

Discussões como estas, entretanto, ainda não estavam postas, tratando-se de práticas que ainda buscavam sua teorização. Por outro lado,

reduzir as causas do analfabetismo ao puro registro escrito da língua era um reducionismo instrumental que não dava conta da complexidade das dificuldades existentes. De qualquer forma, havia a clareza de que a inclusão passava necessariamente pela eliminação das barreiras que se colocavam no processo de alfabetização; a certeza de que, “assim como todas as coisas” precisavam mudar, a grafia merecia uma “limpeza geral”, o que colocava a ortografia simplificada como importante faceta de uma revolução que se deveria fazer global.

Proclamando a impossibilidade de continuar esperando que os políticos burgueses ou os acadêmicos abraçassem a proposta, os Paladinos acreditavam-se competentes para enfrentar o desafio de encaminhar o trabalho de revisão que, segundo eles, fazia-se necessário; parte importante das reformas sociais que estariam por vir em futuro próximo. O fato de um livro de poesias escrito em ortografia simplificada ter sido encontrado de posse de um trabalhador humilde como Abel dos Santos permite comprovar que a proposta em questão cumpria uma circularidade significativa, irradiando-se do topo para a base do movimento. Ou melhor, da intelectualidade para a militância.

Para aqueles que viam na Educação o caminho para a Anarquia - fossem eles ‘militantes’ teóricos ou operários - o problema do analfabetismo era uma questão central a ser enfrentada e eles buscavam cumprir a tarefa de forma criativa e coerente. A responsabilidade pela não continuidade do processo deveu-se não a eles, mas a uma repressão continuada que atingiu seu clímax com o decreto de repressão ao anarquismo de 1921 (Ver MENEZES, 1997, p.cap. 1), que puniu, de uma mesma forma, partidários e não partidários da violência como estratégia revolucionária, condenando-os, sem apelação, à expulsão (caso dos estrangeiros) ou à deportação (caso dos nacionais).

O que até hoje surpreende na proposta defendida pelos libertários - sem que se discutam possíveis méritos ou deméritos instrumentais - é a atualidade que representa a proposta de transformação do registro escrito espontâneo da língua em ponto de partida para a superação dos obstáculos iniciais do processo de alfabetização, idéia esta que, ao longo do novecentos, foi continuamente retomada e aprofundada, no sentido da

inclusão das camadas populares no mundo letrado (pensar a língua dentro da lógica da sua estruturação).

As modernas teorias sobre a escrita têm consagrado a idéia de que há uma psicogênese da língua escrita, baseada, pelo menos, em três premissas básicas. A primeira premissa, a de que a escrita é um sistema de representação, não um código. A segunda, a de que a aprendizagem é processo de natureza conceitual, não mecânico. A terceira, finalmente, a de que a escrita define-se como um objeto sócio-cultural do conhecimento. Cada uma delas, ainda que de forma mais intuitiva, embasou a proposta anarquista.

Como a escrita é um objeto sócio-cultural e a aprendizagem não é código, mas sua natureza é conceitual, nos atrevemos hoje a dizer que a criança, mesmo antes de entrar para a escola, já pensa na escrita como objeto e sobre ela já tem determinadas idéias. Essa compreensão vem mudando completamente a visão do trabalho da escola enquanto agente alfabetizador, já que o transforma, em última instância, em simples ação ordenada de oportunização de encontros da criança com os textos escritos (Ver PACHECO, 1088).

Considerando-se que a escrita representa a fala, nada mais natural que a criança, antes de chegar à escrita convencional, passe pelo estágio da fonetização da escrita; desta forma, ela estará buscando uma lógica no sistema ortográfico, reinventando-o, ao escrever. Daí, por exemplo, ela escrever 'sapto' ao invés de sapato, 'bl' em lugar de bola, 'nvo' como navio, 'cvrino' representando Severino (CAP/UERJ, Classe de Alfabetização de 1994). Como afirma Emilia Ferreiro: "As crianças não empregam seus esforços intelectuais para inventar letras novas: recebem a forma das letras da sociedade e as adotam tal e qual" (FERREIRO, 1985, p.20).

Sem nos determos na análise lingüística da construção da escrita, queremos ressaltar as analogias existentes entre as propostas anarquistas e propostas atualmente em voga no campo da alfabetização, principalmente por remeterem a uma tendência natural do registro mais fonético da língua, de forma a superar os distanciamentos entre o oral e o escrito; tendência esta que se manifesta na não presença de vogais (desconhecimento no experimentar da língua de que a con-soante deve soar com a vogal), na omissão dos acentos (desconhecimento da gramática normativa, com o

predomínio da gramática interna de cada falante), no uso de um único registro por fonema (processo visível no uso da letra `z' para o fonema /ze/, da letra `x' para o fonema /xe/ e da letra `c' para o fonema /que/). Um exemplo maior da língua como representação fonética, pode ser dado pela seguinte frase: "Eu cero ce xova" (Eu quero que chova), de autoria de uma criança de seis anos, ao exercitar os primeiros passos no mundo da escrita.(CAP/UERJ, 1994).

Conforme vem sendo consagrado nas últimas décadas, a escrita deve ser construída pela própria criança, no próprio decorrer do processo de alfabetização. Como não poderia deixar de ser, considerando todas as razões já apresentadas, ela vai cometendo erros no processo, na medida em que ela está experimentando a língua na elaboração de suas hipóteses. A grande inversão conceitual que se observa é a compreensão de que os erros cometidos são erros construtivos, não destrutivos. Erros considerados como um caminho para a apropriação da escrita socialmente aceita (norma). Daí não poderem ser encarados como sintomas de fracasso escolar.

Esses erros são erros que todos cometem antes de escrever convencionalmente e, também nessa perspectiva de análise, os anarquistas tinham razão ao considerar, apropriando-nos das palavras de Barthes, que "o primeiro efeito da ortografia [oficial] é discriminatório", tendo em vista que o caminho para um 'escrever correto' tende a passar, necessariamente, pela castração da espontaneidade e da criatividade, em prol de uma normatização que, não raras vezes, disassocia o falado do escrito, desdobrando-se, inevitavelmente, em fracasso para as classes populares, muitas vezes expulsas da escola.

"Se a ortografia fosse livre de ser simplificada ou não segundo a vontade do sujeito – ela poderia constituir uma prática muito positiva de expressão; a fisionomia escrita da palavra poderia adquirir um valor propriamente poético, na medida em que ela surgisse da fantasmagórica do escrito, e não de uma lei uniforme e redutora..."(BARTHES, 1988, p. 60)

Essa liberdade no escrever constituía, também, uma das bases da proposta anarquista, tendo em vista que acreditavam que transformar o registro espontâneo em registro escrito formal, buscando estabelecer as

relações necessárias entre som e símbolo gráfico representava o caminho da libertação e do sucesso na empreitada escolar.

Em artigo intitulado 'Concedamos a liberdade de traçar', quase um século depois da proposta defendida por Neno Vasco, Barthes caminharia em direção muito próxima, trazendo à discussão, mais uma vez, a questão da ortografia como instrumento de seleção e desigualdades:

"... a ortografia legal tem seus encantos, pois ela tem sua perversidade; mas que não mais sejam penalizadas as 'ignorâncias' e as 'travessuras'; que deixem de ser encaradas como aberrações ou debilidades; que a sociedade enfim aceite (ou aceite de novo) desvincular a escrita do aparelho de Estado de que hoje faz parte; em suma, que se pare de excluir por motivo de ortografia." (BARTHES, 1988, p. 61)

Ao criticar o caráter impositivo da ortografia oficial, o que parece colocado em relevo é a questão da exclusão que esta possibilita, daí a discordância do autor frente ao papel desempenhado pelo Estado. Segundo ele, mais do que "o caráter arbitrário de nossa ortografia" o que se mostra chocante, "é que essa arbitrariedade é legal", possibilitando que a ortografia se transforme em instrumento seletivo e discriminatório. Daí sua exclamação emblemática: "Quantas vidas estragadas por alguns erros de ortografia!"(BARTHES, 1988, p. 60).

Como não poderia deixar de ser, as críticas de Barthes tinham por base a língua francesa que, tanto ou mais que o português, conhece uma complexidade por todos reconhecida, o que leva o autor a contestar, por exemplo, o valor duplo das letras (em *quatre* e *caille*), o uso dos acentos (em palavras como *précisément*), as letras dobradas (em verbos como *appeler*) e os morfemas de gênero e número, dificuldades que colocam o sujeito-escritor em um mar de dúvidas e angústias, como ele próprio exemplifica:

"Acabei de colocar no correio uma carta candidatando-me a um emprego que pode mudar a minha vida. Mas será que eu coloquei um 's' naquele plural? Coloquei mesmo dois 'p' e só um 'l' em *appeler*? Tenho dúvidas, angustio-me, tal como quem sai de férias e não se lembra se fechou o gás e a água de sua residência e se daí não vai advir um incêndio ou uma inundação. E, da mesma maneira que tal dúvida impede nosso turista de aproveitar suas férias, a ortografia legalizada impede o escritor de gozar de sua escrita, esse gesto feliz que permite colocar no traçado de uma palavra *um pouco mais* do que a simples intenção de comunicar." (BARTHES, 1988, p.60)

Distanciados no tempo e escritos em espaços e conjunturas diferenciados, os textos escritos por Barthes e por aqueles que, no início do novecentos, advogavam o uso da ortografia simplificada apresentam analogias impressionantes, demonstrando como ecos do passado podem ressurgir, aqui e ali, renovados e re-potencializados. Nos dois casos, o que se coloca como questão crucial é “a exclusão por motivo de ortografia”; questão que permaneceria em aberto ao longo de todo o século XX”, pelo menos com relação às línguas nas quais os distanciamentos entre o oral e o escrito mostram-se mais impactantes.

Por todas estas questões e, principalmente, pela atualidade das propostas educacionais que enunciaram, este artigo coloca em foco os anarquistas, dando destaque ao seu projeto de ortografia simplificada. O resgate torna-se necessário quando nos damos conta que a História, regra geral, tende a registrar os sucessos e a trajetória dos vencedores, fazendo cair no silêncio o que não se encaixa no caminhar triunfante do progresso, relegando a “lixo da História” tudo aquilo que se relaciona aos perdedores. A isto se acrescenta a tendência das origens de movimentos e idéias, não raras vezes, perderem-se no próprio processo de sua circulação.

No caso dos anarquistas, as acusações e difamações feitas tanto à direita quanto à esquerda transformaram-nos em verdadeiros anti-Cristos; em mal-ditos demonizados dos tempos contemporâneos. A violência praticada pelos grupos radicais acabou por macular todo o movimento, transformando alguns idealistas em exemplos gritantes de injustiças, como foi o caso de Ferrer, condenado à morte durante a “Semana Trágica de Barcelona”, apesar de continuar clamando por inocência, até mesmo frente ao pelotão de fuzilamento. Nesse contexto de ódio, repressão e revolta, as idéias e práticas pedagógicas que homens como Ferrer enunciaram tenderam a se perder no silêncio e/ou no anonimato. Como bem já o disse George Woodcock, “poucas doutrinas foram tão mal entendidas pela opinião pública e poucas deram tantos motivos para confusão, pela própria variedade de formas de abordagem e ação, quanto o anarquismo”. (WOODCOCK, 2002, v. 1, p. 7)

## **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARTHES, Roland. "Concedamos a liberdade de traçar". In: *O rumor da língua*. [Trad.] Lisboa: Ed. 70, 1984. (Col. Signos, 44).

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL, SPJ, Módulo 101, Pacotilha IJJ<sup>7</sup>168.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991*. [Trad.] São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERREIRO, Emilia. *Reflexões sobre a alfabetização*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

PACHECO, Cecília Maria Goulart. *Refletindo sobre o processo de aquisição da língua escrita*. I Seminário de Psicopedagogia, São Paulo, 1988.

PALADINOS DO PORVIR. "Razões e simplificações". In: REZENDE, Lírio. *Mundo Agonizante*. Rio de Janeiro, outubro de 1920, apresentação.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REZENDE, Lírio. *Mundo agonizante*. Rio de Janeiro, outubro de 1920.

RODRIGUES, Edgard. *O Anarquismo na Escola, no Teatro e na Poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

SARAMAGO, José. Depoimento prestado durante as filmagens de *Língua, vidas em português*, de Victor Lopes, 2004.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. [Trad.] Porto Alegre: LPM, 2002.